POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E O LUGAR DA MULHER: REFLEXÕES A PARTIR DO LEGADO ACADÊMICO DA PROFESSORA MOMMA

EARLY CHILDHOOD EDUCATION POLICIES AND WOMEN'S PLACE: REFLECTIONS BASED ON PROFESSOR MOMMA'S ACADEMIC LEGACY

POLÍTICAS EDUCACIÓN INFANTIL Y EL LUGAR DE LA MUJER: REFLEXIONES A PARTIR DEL LEGADO ACADÉMICO DE LA DOCENTE MOMMA

Wisllayne Ivellyze de Oliveira Dri[1]
Luciane Muniz Ribeiro Barbosa[2]

RESUMO
Entre os autores e autoras que se debruçaram em compreender, de forma crítica, as políticas de Educação Infantil e o lugar da mulher, mãe e trabalhadora, encontra-se a doutora pesquisadora, educadora de crianças, professora universitária, gestora e mãe Adriana Missae Momma (*in memoriam)* que, de forma rápida e abrupta, em pleno processo de produção acadêmica, nos deixou em agosto de 2022. Porém, seu legado de ensino, pesquisa e militância permanecem em seus diversos artigos, livros e capítulos, entre outras publicações. Assim, o objetivo deste artigo é analisar e refletir sobre o lugar da mulher nas políticas de Educação Infantil a partir das produções acadêmicas da professora Momma, de modo a destacar sua contribuição para a área, bem como colaborar para o aprofundamento do debate sobre o tema. Metodologicamente realizou-se uma pesquisa qualitativa, com análise da bibliografia e pesquisa documental, sendo que o principal referencial analisado foi o produzido individual ou coletivamente pela pesquisadora Momma, na área da Educação Infantil. Como principais resultados apontam-se: a ênfase das categorias mulher, mãe e trabalhadora no campo da infância; o debate sobre o lugar da mulher na elaboração e implementação das políticas de Educação Infantil; e a intersecção do direito da criança e da mulher trabalhadora. Conclui-se que o legado da professora Momma é profícuo para fomentar novas pesquisas na referida área, bem como mobilizar mulheres na ciência e na luta por direitos.
PALAVRAS-CHAVE: políticas de educação infantil; mulheres e ciência; mães trabalhadoras; professora Adriana Missae Momma.

ABSTRACT
Among the authors who focused, in a critical way, on understanding Early Childhood Education policies and also the place of women, mothers and workers is the Ph.D. researcher, children's educator, Professor, manager and mother Adriana Missae Momma *(in memoriam*). She abruptly died in August 2022, at the age of 47, during the academic production process. However, her legacy of teaching, research and activism in favor of Early Childhood Education policies remains in her articles, books, chapters and other productions. Thus, the main purpose of this article is to analyze the place of women in Early Childhood Education policies based on Professor Momma's academic productions, in order to highlight her contribution to the area, as well as to contribute to deepening the debate on the topic. Methodologically, qualitative research was carried out, with analysis of bibliography and documentary research. The main reference analyzed was that produced individually or collectively by researcher Momma, in the area of Early Childhood Education. The main results include: the emphasis on the categories of woman, mother and worker in the field of Early Childhood Education; the debate on the place of women in the development and implementation of Early Childhood Education policies; and the intersection of children's rights and working women's rights. In conclusion, Professor Momma's legacy is useful in promoting new research in the area of Early Childhood Education, as well as mobilizing women in Science and in the fight for rights.
KEYWORDS: early childhood education policies; women and science; working mothers; professor Adriana Missae Momma.

[1] Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Orcid: 0000-0003-4077-2606.
[2] Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Orcid: 0000-0003-2139-3205.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

RESUMEN
Entre autores y autoras que se centraron en comprender, de manera crítica, las políticas de Educación Infantil y el lugar de las mujeres, madres y trabajadoras se encuentra la doctora investigadora, maestra infantil, docente universitaria, gestora y madre Adriana Missae Momma *(in memoriam*) que, de manera muy rápida y abruptamente, en pleno proceso de producción académica, nos dejó en agosto de 2022. Sin embargo, su legado de docencia, investigación y activismo en el área de las políticas de Educación Infantil permanece en los diversos artículos, libros, capítulos y otras producciones. Así, el objetivo de este artículo es analizar y reflexionar sobre el lugar de las mujeres en las políticas de Educación Infantil a partir de las producciones académicas de esta docente en esta área, con el fin de resaltar su aporte, así como para contribuir a la profundización del debate sobre el tema. Metodológicamente se realizó una investigación cualitativa, que incluyó el análisis de bibliografía e investigación documental, el principal referente analizado fue el producido de manera individual o colectiva por la investigadora Momma, en el área de Educación Infantil. Como principales resultados del material analizados encuentran se: el énfasis en las categorías mujer, madre y trabajadora en el contexto de la Educación Infantil; el debate sobre el lugar de la mujer en la elaboración e implementación de políticas de Educación Infantil; y la intersección de los derechos de los niños y los derechos de las mujeres trabajadoras. Se concluye que el legado de la docente es útil para promover nuevas investigaciones en el área, así como para movilizar a las mujeres en la ciencia y en la lucha por los derechos.
PALABRAS CLAVE: políticas de educación infantil; mujer y ciencia; madres trabajadoras; docente Adriana Missae Momma.

INTRODUÇÃO

As políticas de educação infantil para as crianças pequenas são relativamente recente e ocupam um lugar complexo no cenário brasileiro, dado que são permeadas por diferentes concepções de infância e de educação que acompanharam as mudanças históricas e políticas dessa etapa da Educação Básica (Momma; Barbosa, 2021), bem como por estabelecer relação com outras políticas e direitos sociais, como as e os relacionados às mulheres, mães e trabalhadoras.

A história do atendimento à criança pequena no Brasil revela um longo percurso marcado por programas informais, com atuação de mulheres leigas no cuidado de grupos de crianças, ou por meio da política de Assistência Social, com o objetivo de garantir que as mães trabalhadoras dos grupos sociais mais pobres tivessem onde deixar seus filhos e filhas quando fossem trabalhar (Campos, 1999). Com o passar do tempo, as mulheres de diferentes grupos sociais passaram a assumir ocupações profissionais fora do âmbito doméstico e o cuidar e educar das crianças passou a ser cada vez mais discutido em escala local, regional e global, assim como o lugar da parentalidade nesse contexto.

No final dos anos1980 e durante a década de 1990, se inicia um debate acerca da nova conceituação sobre o que é ser criança, nacional e internacionalmente, ocasionou avanços legais que contribuíram para a configuração do direito à Educação Infantil com dupla dimensão: tanto das famílias quanto das crianças. Assim, a Educação Infantil brasileira contempla o direito da criança à creche (0 a 3 anos) e à pré-escola (4 e 5 anos), sendo este

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

regulamentado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), pela Lei 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/1996). Em 2009, no Brasil, a Emenda Constitucional 59/2009 tornou, ainda, obrigatória a educação a partir dos 4 anos de idade e passou a ressaltar no país a criança como um sujeito de direitos, e a Educação Infantil como um direito da criança, independentemente de sua família.

Entre os e as autoras que se debruçaram em investigar e compreender, de forma crítica, tais mudanças que impactaram o direito à educação das crianças pequenas e o lugar da mulher, mãe e trabalhadora nessa conjuntura, encontra-se a doutora pesquisadora, educadora, professora de crianças, professora universitária, gestora e mãe Adriana Missae Momma (*in memoriam)* que, de forma muita rápida e abrupta, em pleno processo de produção acadêmica, nos deixou em agosto de 2022, aos 47 anos de idade. Porém, seu legado de ensino, pesquisa e militância na área das políticas de Educação Infantil permanece na memória daqueles que tiveram a oportunidade de trabalhar juntamente com ela e nos diversos artigos, livros, capítulos e outras produções feitas por Momma[3].

Com base nesse cenário, o objetivo geral deste texto é analisar e refletir o lugar da mulher nas políticas de Educação Infantil a partir das produções da professora Adriana Missae Momma na área da Educação Infantil[4], de modo a evidenciar sua contribuição acadêmica para a área, bem como contribuir para o aprofundamento do debate sobre o lugar da mulher na elaboração e implementação de uma política que, a despeito de sua relevância, tem sido marginalizada e desvalorizada pela sociedade justamente pelo marcador de gênero que afeta sua constituição.

MÉTODO

Metodologicamente foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, que contou sobretudo com a análise da bibliografia e pesquisa documental. Para atender ao próprio

[3] Apesar do recorte do presente texto, é importante registrar que a produção acadêmica da professora Momma, bem como os temas de pesquisa e ensino não se centraram, exclusivamente, na área da Política de Educação Infantil, mas também contemplaram outros relacionados à grande área da Política Educacional.

[4] Ainda que na área da Política de Educação Infantil a professora Momma tenha apresentado contribuições que envolveram atividades de ensino, de orientação de pesquisas de graduação e pós-graduação, de extensão e de gestão na Educação Infantil, entre outras, optou-se por contemplar nas análises apresentadas neste texto as produções que foram publicadas, entendendo que estas explicitam, ainda que em partes, suas contribuições nas demais atividades realizadas.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

objetivo proposto, o principal referencial analisado foi o produzido individual ou coletivamente pela pesquisadora Adriana Missae Momma, na área da Educação Infantil, resultando em um material composto por 8 artigos, 3 livros organizados e 6 capítulos de livros, conforme Quadro 1:

QUADRO 1 – Produções acadêmicas da professora Momma analisados neste estudo

Artigos
MOMMA, Adriana Missae; BARBOSA, Luciane M. R. A Educação Infantil brasileira no contexto do Mercosul. POLÍTICAS EDUCATIVAS - REVISTA DO PROGRAMA DE POLÍTICAS EDUCATIVAS DO NÚCLEO EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES DO GRUPO MONTEV, v. 15, p. 64-81, 2021.
MOMMA-BARDELA, Adriana Missae; GUEDES-PINTO, ANA LÚCIA. LEITURA DELEITE COMO PRÁTICA FORMADORA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PNAIC/UNICAMP (2013 2014). Revista ComSertões, v. 7, p. 35, 2019.
FERNANDES, Eliane; **MOMMA, Adriana Missae**. Criança Feliz Program and the constitution amendment proposal (PEC) for the ceiling of public spending: once there was a right-. REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO (SÃO CARLOS), v. 13, p. 659-672, 2019.
BARBOSA, Luciane M. R.; **MOMMA, Adriana Missae**. Educação Infantil e governo federal: reflexões sobre programas e ações do MEC a partir do Plano Plurianual (2012 a 2015). LAPLAGE EM REVISTA, v. 3, p. 57-71, 2017.
CECCON, Maria Lúcia L.; **MOMMA-BARDELA, Adriana M.** AS PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS: desafios e implicações para a oferta da educação infantil no Brasil. Revista Exitus, v. 6, p. 88-105, 2016.
MOMMA-BARDELA, Adriana M. Conferência - TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: sujeito e/ou objeto do processo ensino/aprendizagem. Revista Exitus, v. 6, p. 13-33, 2016.
MOMMA-BARDELA, Adriana M.; PASSONE, Eric F. K. Políticas Públicas de Educação Infantil e o Direito à Educação. LAPLAGE EM REVISTA, v. 1, p. 17-35, 2015.
MOMMA-BARDELA, Adriana M.; PALMEN, S. H. C. ; BRYAN, Newton Antonio Paciulli . Políticas Públicas de Educação Infantil em Campinas: tessituras sobre a coexistência de diferentes e diversas formas de orgnização. Revista Exitus, v. 4, p. 33-57, 2014.
Livros publicados/organizados ou edições
MOMMA, Adriana Missae; (Org.); PERLI, Guilherme S. (Org.); CONTIN, Leandra de Souza Barbosa (Org.); COELHO, Ligiane R. (Org.); DELLAI, Marta R. P. (Org.). Educação de crianças na Unicamp [livro eletrônico]: alguns escritos (2018–2021). 1. ed. Salto: Fox Tablet, 2022. v. 1. 242p.
MOMMA, Adriana; AYOUB, Eliana (Org.); VARANI, Adriana (Org.). Educação infantil na Unicamp: experiências entretecidas no contexto de uma política de formação continuada. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. v. 1. 204p.
MOMMA, Adriana Missae; DELLAI, Marta R. P. (Org.); PERLI, Guilherme S. (Org.); COELHO, Ligiane R. (Org.); FARIAS, Zilda O.de (Org.). Educação de crianças na Unicamp [livro eletrônico]: algumas narrativas e depoimentos. 1. ed. Salto: Fox Tablet, 2021. v. 1. 120p.
Capítulos de Livros
MOMMA, Adriana; AYOUB, Eliana; VARANI, Adriana. À Guisa de Introdução? Construção Coletiva e Produção de Conhecimento sobre a Educação de Crianças na Unicamp: o curso de especialização como (pre/inter) texto. In: MOMMA, Adriana Missae. AYOUB, Eliana. VARANI, Adriana. (Org.). Educação infantil na Unicamp: experiências entretecidas no contexto de uma política de formação continuada. 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2021, v. 1, p. 13-34.
PEREIRA, Joseane S. F.; **MOMMA, Adriana**. Centro de Convivência Infantil no Contexto da Faculdade de Odontologia de Piracicaba? (Ceci/Fop/Unicamp): reflexões sobre o seu processo de constituição. In: MOMMA, Adriana Missae. AYOUB, Eliana. VARANI, Adriana. (Org.). Educação infantil na Unicamp: experiências entretecidas no contexto de uma política de formação continuada. 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2021, v. 1, p. 95-104.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

MOMMA, Adriana Missae. Semente (preâmbulo). In: MOMMA, A.M.; PERLI, G.S.; DELLAI, M. R. P.; COELHO, L.R.; FARIAS, Z. O. de. (Org.). Educação de crianças na Unicamp [livro eletrônico]: algumas narrativas e depoimentos. 1ed.Salto: Fox Tablet, 2021, v. 1, p. 08-11.
MOMMA, Adriana; DELLAI, Marta R. P. Epílogo 1 - Divisão de Educação Infantil e Complementar? algumas reflexões. In: MOMMA, A.M.; PERLI, G.S.; DELLAI, M.R.P.; COELHO, L.R.; FARIAS, Z.O. de. (Org.). Educação de crianças na Unicamp [livro eletrônico] algumas narrativas e depoimentos.... 1ed.Salto: Fox Tablet, 2021, v. 1, p. 109-113.
MOMMA, Adriana Missae. Epílogo 2 - Um convite para outros escritos. In: MOMMA, A.M.; PERLI, G.S.; DELLA I, M.R.P.; COELHO, L.R.; FARIAS, Z.O. de. (Org.). Educação de crianças na Unicamp [livro eletrônico]: algumas narrativas e depoimentos. 1ed.Salto: Fox Tablet, 2021, v. 1, p. 114-116.
MOMMA, A. M.; OLIVEIRA-DRI, W. I. DE. Planejamento, aprendizagem e produção de conhecimento como princípio de trabalho da equipe de gestão e demais profissionais de uma creche universitária estadual: desenho inicial. *In:* Políticas e práticas de formação dos docentes, dirigentes escolares. planejamento, financiamento e avaliação da educação - Série Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, IX Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, Organização: João Ferreira de Oliveira [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/12-Congressos/Volume2.pdf Acesso em: 19 set. 2023.

Fonte: elaboração própria.

Esse conjunto de trabalhos foi analisado por meio do software ATLAS.ti, com base nas grandes categorias: mulher; mãe; trabalhadora; professora e educadora, no que tange às políticas de Educação Infantil. O uso de tal ferramenta permitiu examinar a produção de um importante material que revela as principais preocupações e eixos na produção acadêmica mais recente (2014 em diante) da professora Adriana Missae Momma, bem como observar a recorrência de alguns temas em seus trabalhos, conforme está representado no Diagrama 1 na próxima parte do texto.

A revisão bibliográfica também contemplou outras autoras e autores que se dedicaram a esta área da Política de Educação Infantil, e estabeleceram conexão com os subtemas presentes nos estudos da professora Adriana Missae Momma. No que se refere à análise documental, fez-se uma retomada das principais legislações que fomentaram o direito à educação das crianças pequenas, bem como os documentos que orientaram as políticas de Educação Infantil no Brasil.

Desse modo, todo o material coletado e analisado serviu de base para as reflexões que serão apresentadas adiante, iniciando-se com uma contextualização do lugar da mulher na Educação Infantil no Brasil para, posteriormente, explicitar o legado acadêmico da pesquisadora Momma, principalmente no que refere às categorias: mulheres, mães e trabalhadoras. Este trabalho revelou e destacou a importância das contribuições acadêmicas da professora Momma para as políticas de Educação Infantil no Brasil, mostrando o lugar de relevância das mulheres na elaboração e implementação de tais políticas.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E O LUGAR DA MULHER

O desenvolvimento de espaços para o cuidado da criança pequena no Brasil surge influenciado por diferentes aspectos, mas um dos mais relevantes está relacionado à mulher, mãe e trabalhadora, sobretudo dos grupos mais pobres que, precisando trabalhar para o sustento da casa, muitas vezes sem rede de apoio familiar, passaram a demandar cuidados e espaços para deixarem seus filhos e filhas. Nesse contexto, como já ressaltado, o atendimento via poder público inicia-se na área da Assistência Social, marcado pela preocupação com o cuidar.

> O direito da mulher ao trabalho, à maternidade e, como correlato, o direito da criança ao cuidado e/ou educação, trazem em evidência uma sociedade pautada historicamente na exclusão, na diferença e opressão dos pobres pelos ricos, de mulheres pelos "homens", de crianças pelos "homens". De "homens" que historicamente detém os meios de produção e necessitam da contradição socioeconômica como forma, fim e meio para a exploração do "outro" (Momma; Passone, 2015, p. 26).

Assim, apesar dos marcadores de exclusão social que atingiam as mulheres mais pobres, a reivindicação pelo atendimento às crianças pequenas também recebeu forte influência dos movimentos feministas que lutavam pelo direito de as mulheres, independentemente de classe, ingressarem no mercado de trabalho, além do direito "à participação social mais ampla e em condições de dignidade e 'igualdade'" (Ibid.).

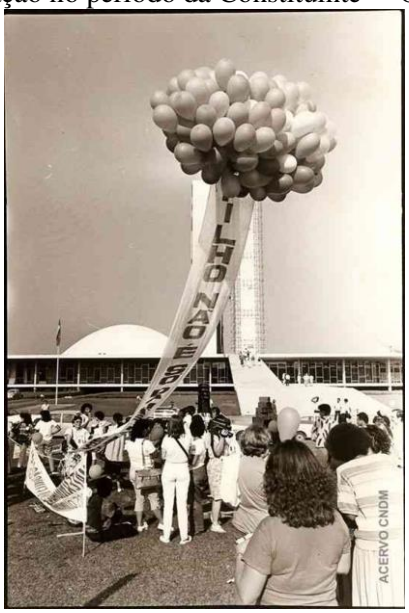
A despeito da Educação Infantil ser hoje um direito de todas as crianças e famílias brasileiras, sua conquista e a consolidação de políticas públicas para garantia de tal direito se deram sobretudo como fruto da luta e esforços de mulheres. Apesar de recorrente na área, é sempre mister ressaltar que a inclusão do direito à Educação Infantil na CF/1988 foi resultado especialmente da luta dos movimentos feministas e de mulheres que passaram a demandar o atendimento de seus filhos como um direito e, portanto, uma responsabilidade do Estado em ofertar creches e pré-escolas (Teles, 2015).

Para além da organização das mulheres nos citados movimentos para reivindicação de tal direito, destaca-se a atuação de outro grupo de mulheres no período da Constituinte: pesquisadoras que atuaram tanto na produção de pesquisas, incipientes na época, sobre a educação das crianças pequenas, como participando e qualificando os debates com parlamentares durante o processo de elaboração do texto constitucional (Rodrigues; Barbosa, 2021).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

Esse período, relevante na história pela reivindicação coletiva de um direito, revela a potência do encontro de mulheres de diferentes grupos e classes sociais que não apenas passaram a reivindicar a creche como desdobramento de seu direito ao trabalho e à participação na vida pública, mas também a responsabilidade de toda a sociedade para com as novas gerações (Campos, 1999), tendo em vista que as crianças são cidadãs de direitos desde o nascimento (Lei 10.406/02 - Código Civil) e que "O filho não é só da mãe"[5].

FIGURA 1 – Foto de manifestação no período da Constituinte - "O filho não é só da mãe"



Fonte: Projeto Memória e Movimentos Sociais.

Algumas das mulheres pesquisadoras que atuaram no período da Constituinte também tiveram, juntamente com outras, importante participação na elaboração de documentos orientadores das Políticas Nacionais para a Educação Infantil, após a promulgação da CF/1988 e da LDBN 9394/1996. A autora Abramowics (2015) organizou tais contribuições no livro "Estudos da infância no Brasil: encontros e memórias", ressaltando sobretudo mulheres/pesquisadoras que contribuíram para a consolidação de um campo teórico sobre criança, infância e Educação Infantil no Brasil.

Posteriormente, outras pesquisadoras, como a professora Adriana Missae Momma, deram continuidade para tal aprofundamento, demonstrando a relevância do lugar da mulher

[5] Disponível em: https://www.memoriaemovimentossociais.com.br/?q=pt-br. Acesso em: 20 abr. 2024. Destaca-se que essa foto era comumente divulgada nas aulas da professora Adriana Momma ao ressaltar a luta das mulheres pelo direito à Educação Infantil.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

no debate teórico, na elaboração e implementação das políticas de Educação Infantil no Brasil, como apresentado a seguir.

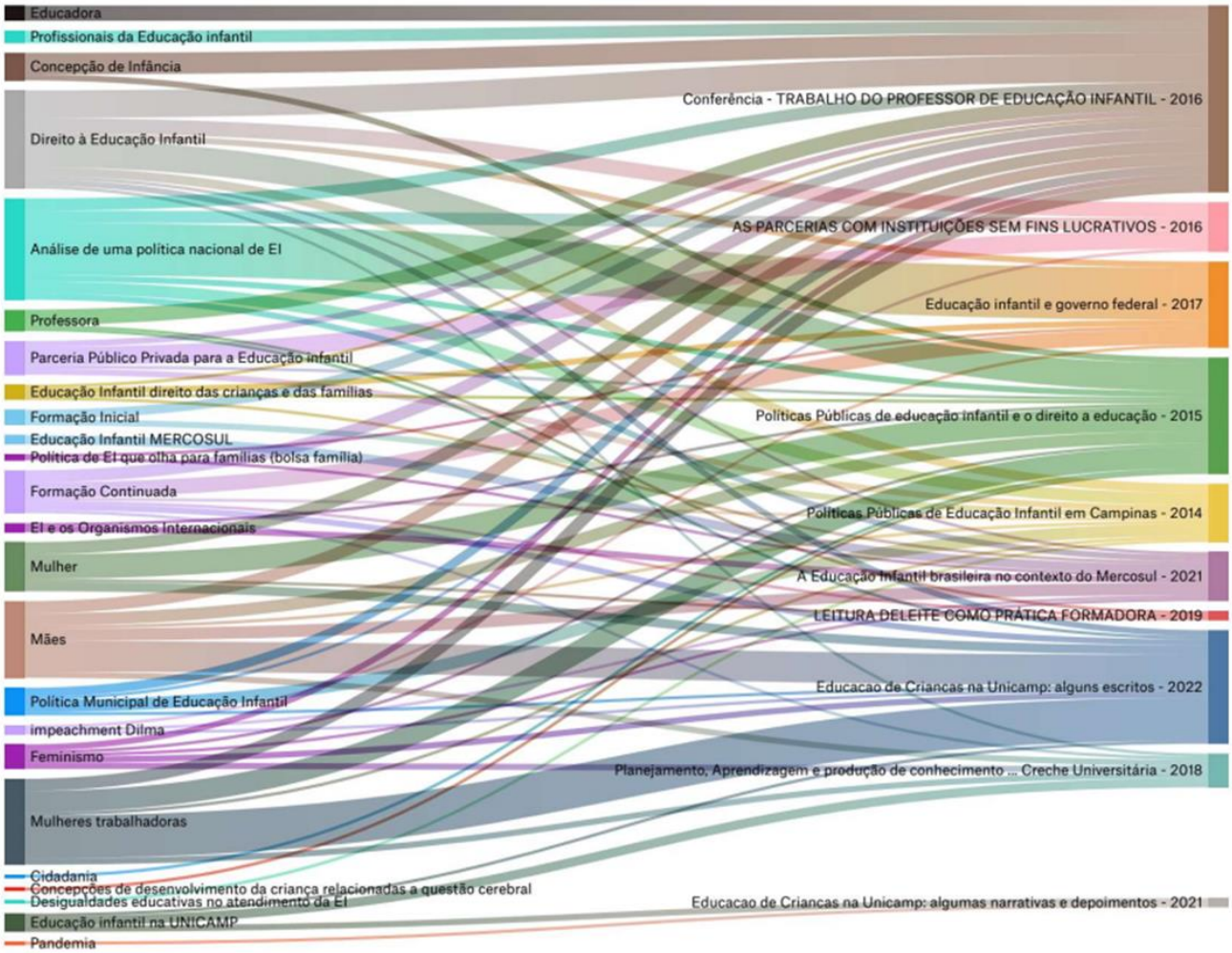
UM LEGADO INVESTIGATIVO: AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A ANÁLISE DA PROFESSORA ADRIANA MISSAE MOMMA

Observou-se que os primeiros escritos da professora Adriana Momma datam de meados da década de 1990, período este em que ela cursava a graduação em pedagogia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), e teve contato com os programas de iniciação científica – trajetória que marca o início da carreira de muitas pesquisadoras e pesquisadores no Brasil. Entretanto, para este estudo os materiais selecionados referem-se ao período entre 2014 e 2022, momento em que suas publicações se centram nas políticas de Educação Infantil.

O Diagrama 1 permite identificar ao lado direito as referências dos trabalhos acadêmicos com seus respectivos anos de publicação e, ao lado esquerdo, os temas/categorias destacados ao longo das análises. O Diagrama Sankey possibilita representar de forma gráfica o fluxo entre os temas (categorias de análises) e os textos analisados, sendo as flechas mais largas as relações mais intensas e as flechas mais finas as relações menos recorrentes, possibilita a identificação das principais preocupações e eixos na produção acadêmica da professora Adriana Momma. É importante salientar que esse processo de codificação foi indutivo com base nos objetivos do estudo e em conceitos mais amplos do marco teórico da área das Políticas de Educação Infantil. No total foram gerados 24 temas/categorias e selecionadas as mais recorrentes e relevantes para a pesquisa proposta.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

DIAGRAMA 1 – Temas/Categorias recorrentes nas produções acadêmicas, Momma, 2014-2022.



Fonte: elaboração própria com uso do software ATLAS.ti a partir das produções acadêmicas da professora Adriana Momma (2014-2022).

A análise e reflexão dos materiais tiveram ênfase nas categorias femininas que ocupam o contexto das políticas de Educação Infantil: mulher; mãe; trabalhadora; professora e educadora. Para tanto, identificou-se que essas são categorias presentes na maioria dos trabalhos estudados, sendo um dos temas principais juntamente com o tema Direito à Educação Infantil e a análise das políticas nacionais/brasileiras de Educação Infantil.

Pode-se observar que entre 2014 e 2017 os artigos e capítulos de livros se centraram, sobretudo no tema do direito das crianças à Educação Infantil de forma mais integral, a partir de análises de políticas nacional e municipais de Educação Infantil, principalmente analisando criticamente o município de Campinas, no estado de São Paulo. Nesses trabalhos observa-se um destaque para o arcabouço legislativo, e as ações e programas que tais políticas desencadearam em nível nacional e municipal.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

A autora defende que a compreensão e a concepção de que a criança é um sujeito de direitos possibilita que ela possa se desenvolver e aprender em um ambiente de valorização às diferenças, não escolarizado, não "adultocêntrico" e não machista. Dessa forma, a dimensão do brincar e do cuidar ludicamente possibilita diversas linguagens, conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2009).

> Todos estes contextos que conformam parte do processo de implementação da política pública de Educação Básica (Infantil) trouxeram aos pesquisadores, governos, escolas, professores, pais, instituições de ensino superior, entre outros segmentos da sociedade, a possibilidade de promover amplo diálogo sobre as concepções de criança, de infância, entre outros e permitiram apontar avanços significativos, se considerados numa linha temporal dialética e complexa (Momma, 2016, p. 19).

Destaca, ainda, a importância das concepções de infância assim como dessas concepções na formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil, temática sobre a qual a professora Momma também se debruçou, na pesquisa e na prática, entendendo o processo formativo das professoras e professores como parte integrante do processo democrático na Educação Infantil.

> Com base em algumas das contribuições de Dermeval Saviani e Karl Marx, entre outros, realizamos um diálogo com os profissionais da Educação Infantil. Os diálogos envolvem a problematização do Direito das Crianças à Educação Infantil e a direta relação deste aspecto com o trabalho das e dos profissionais da Educação Infantil, cujo enfoque pressupõe um exercício de reflexão sobre as concepções que orientam o trabalho socioeducativo desde uma perspectiva conservadora (diática), alienada e alienante, a uma perspectiva transformadora (triádica) (Ibid., p. 14).

Entre outros subtemas abordados pela professora Momma em suas produções, identificou-se aqueles de análise global e regional como: a Educação Infantil no contexto do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a influência dos organismos internacionais. Também, estiveram presentes os temas relacionados ao contexto nacional e local, sempre analisados à luz do contexto histórico e político macro: a crítica ao processo de privatização da oferta da Educação Infantil, por meio das chamadas "parcerias público-privadas"; as desigualdades presentes na oferta da Educação Infantil no território brasileiro; a composição e os desafios da Educação Infantil na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); as influências da pandemia da Covid-19 na Educação Infantil; entre outros.

Sobre o aspecto da Pandemia nas creches da UNICAMP, a autora afirma:

> Pelo fato de o distanciamento social se constituir em ação global/ mundial, em termos locais, isso implicou, inclusive em alterações contratuais e, em casos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

> drásticos, em demissões. Algumas crianças perderam o vínculo por causa da desvinculação da responsável. Cenários ambivalentes, obtusos e drásticos, impregnados de inquietude, ansiedade e sentimento de que a vida vale muito e ainda pulsa. A luta para preservá-la, mesmo que desdenhada por alguns dirigentes, cuja função precípua deveria ser preservá-la, assim como garantir a dignidade humana. Além de redimensionar as ações pedagógicas, nos embrenhamos em ações sociais e humanitárias para minimizar o impacto do que ainda não digerimos (Momma *et al*., 2021, p. 112).

Em todas as produções contempladas neste estudo observou-se que, além de análise crítica da política nacional de Educação Infantil e suas intersecções com as políticas municipais e locais (no caso das creches universitárias da UNICAMP), os escritos apresentam reflexões que destacam o lugar e as condições da mulher, mãe e trabalhadora no contexto da Educação Infantil e da gestão educacional. Tais marcadores coincidem com aspectos pessoais e profissionais da vida da professora Adriana Momma: ela tornou-se mãe em 2013 e assumiu o cargo de direção da Divisão de Educação Infantil e Complementar (DEDIC) da UNICAMP, entre abril de 2017 e abril de 2021.

Assim, em quase todos os textos aparece o destaque para os movimentos das mulheres na luta pela creche, o uso do gênero feminino na escrita, um olhar de cuidado para as professoras, e a partir de 2016 ela referencia em seus textos o golpe que a presidenta Dilma Roussef sofreu no Brasil. A partir deste último evento, em 2016, registram-se inúmeros retrocessos na área da Educação Infantil (e da Educação de modo geral), seja por meio do congelamento e consequente corte de verbas do governo federal às políticas sociais no geral (PEC do teto dos gastos públicos - 55/2016), ou por meio da criação de programas e atuação de fundações com foco na primeira infância, os quais buscam colocar a mulher como principal cuidadora dos bebês, promovendo um retorno destas para o ambiente privado em nome de um desenvolvimento pleno das crianças.

Nesse sentido, Neris e Momma (2019) analisaram o Programa Criança Feliz, avaliando-o "como uma política compensatória e paliativa, de cunho assistencialista, que vai na contramão das ações que visam a promover a cidadania" (p. 659). Tal programa, gerado no escopo e por meio da base teórica que também sustentaram o Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI) e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), defende uma visão reducionista de desenvolvimento infantil, baseado exclusivamente na neurociência, e contribui para ressignificar o papel da mulher ao indicar que esta deve ficar em casa estimulando seus filhos por meio de orientação a ser recebida por visitadores do Programa Criança Feliz.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

Tais concepções têm sido disseminadas, principalmente, a partir de 2016 após a divulgação do documentário "O começo da Vida". Como avalia Correa (2019), sem nenhuma análise crítica sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no Brasil, a mensagem mais forte do filme é que todas as crianças devem ser cuidadas pelas mães, retomando a teoria do apego e considerando o desenvolvimento da criança no início da vida como investimento/capital humano. Tais concepções contribuem também, no atual momento histórico, para fortalecer posicionamentos e relações conservadoras "que subalternizam as mulheres em suas carreiras, passando pela pauta educacional, que vem desrespeitando e restringindo o debate sobre desigualdade de gênero" (Auad; Ramos, 2018, p. 79).

Tais perspectivas vão na contramão da luta histórica pelo direito à Educação Infantil e pela valorização das creches, pré-escolas e dos educadores que atuam em tais instituições. Assim, fragilizam a compreensão sobre a importância da creche na vida das crianças para acesso e concretização de um direito à educação, bem como a constatação de que essas instituições na vida das mulheres – sobretudo as da classe trabalhadora – se referem ao direito de estudarem, de trabalharem e de constituírem uma carreira profissional, de participarem da sociedade, atuando na esfera pública, entre outros. Assim como avaliam Auad e Ramos (Ibid., p. 92), é preciso consolidar esforços para defender os direitos das crianças, pois "uma vez que seguem emparelhados – pois continuamente ameaçados – com os Direitos das Mulheres" e demais populações vulneráveis.

Ademais, não compreendem a parentalidade de uma forma mais ampla, na qual os pais também devem ser integralmente parte destes cuidados, possibilitando que, da mesma forma que as mães, estejam com seus filhos e ampliem os processos de parentalidade de modo a beneficiar as crianças e a realizar um processo de reparação histórica para com as mulheres em suas jornadas duplas e triplas de trabalhos.

Toda a disseminação de discursos sobre a necessidade de "retorno das mulheres ao espaço privado/doméstico", representa não apenas um retrocesso no que se referem a direitos duramente conquistados que culminaram na ampliação do reconhecimento da função social da mulher na sociedade, mas também afeta a capacidade de reivindicação de políticas para as mulheres, mães e trabalhadoras, de modo a reconhecer e exigir tempos e espaços para o cuidado das crianças, como: licenças estendidas; horários adaptados às realidades escolares, bem como aos cuidados com qualidade dessas crianças; férias que acompanhem as férias escolares das crianças; jornada de trabalho que preferencialmente não contemple os finais de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

semana e tão pouco os horários noturnos, visto que contar com rede de apoio nesses horários revela-se mais difícil; entre outras.

Não se poderia finalizar a análise do conjunto das produções acadêmicas da professora Adriana Momma sem antes destacar que ela vivenciou a experiência da maternidade quando já era professora universitária e esta certamente impactou sua atuação como docente, pesquisadora e militante na área dos direitos das crianças e da infância. Tal afirmação não significa que tais posições devem ser ocupadas apenas por mulheres mães ou que é a maternidade condição para se atuar junto às crianças ou em áreas a elas relacionadas, como já ocorreu (e infelizmente ainda ocorre) na história do país e no imaginário social. Mas, que a Educação Infantil faz parte da Ciência da Educação e, para nela atuar, em suas diferentes dimensões (educadora dos bebês e crianças pequenas, pesquisadora, gestora de unidades de Educação Infantil e professora universitária formadora de educadoras), são necessários estudos na área, formação constante e rigor acadêmico, como costumava pontuar a professora Momma para as estudantes e colegas de profissão que com ela conviveram.

Por outro lado, diante de uma sociedade marcada por uma história patriarcal e machista, torna-se necessário ressaltar que a maternidade não atrapalha a produção científica[6], tão pouco a atuação da mulher nos diferentes espaços da vida pública. Assim, maternidade e ciência não são incompatíveis, mas, demandam políticas de equidade de gênero e redução de desigualdades para que as mães cientistas possam produzir ciência no mesmo patamar de igualdade e de condições que os demais pesquisadores.

Ainda, avalia-se que vivenciar a experiência da maternidade pode qualificar a atuação de mulheres cientistas, na medida em que, como principais responsáveis pelo cuidado dos filhos, elas são convidadas – e muitas vezes impelidas – à ampliação do olhar para o desenvolvimento individual de um ser humano que, para que ocorra de maneira integral, não pode se dar isolada e exclusivamente no contexto privado da família; antes, exige a organização de uma série de relações – materiais, simbólicas, sociais – no contexto de

[6] Referência ao parecer apresentado a uma pesquisadora, em 2023, quando de sua solicitação de Bolsa Produtividade, em que, apesar do reconhecimento de sua carreira, o parecerista afirma que "suas gestações atrapalharam" a realização de determinadas atividades. Registra-se também a declaração do presidente do Cnpq, Ricardo Galvão, no início de 2024, de que ações do movimento *Parent in Science* "atrapalham muito", dado que o referido movimento vem atuando na luta pela redução das desigualdades de gênero no ambiente acadêmico e denunciando os desafios enfrentados por mães para acessar "os diferentes (e superiores) espaços hierárquicos institucionais e de carreira". Disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/pemcie/2024/02/01/gestar-atrapalha-a-ciencia-cobrar-por-politicas-publicas-tambem/. Acesso em: 10 jan. 2024.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

desenvolvimento e transformações da sociedade, sendo que ambos os processos se afetam mutuamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto, ao valorizar, destacar e aprofundar o legado acadêmico da professora Adriana Missae Momma, contribui para evidenciar a atuação de uma mulher cientista com trabalhos significativos e sérios na área da Educação no geral e da Educação Infantil, no particular, áreas geralmente desvalorizadas. Os trabalhos desenvolvidos ao longo da trajetória da referida professora marcam diversas temáticas que permeiam a vida das mulheres, destacando os desafios da educação e da ciência frente à maternidade, principalmente quando analisadas as políticas de Educação Infantil, que se conectam ao direito das mulheres, mães e trabalhadoras.

Ademais, em tempos de manifestações políticas conservadoras, machistas e homofóbicas, fomentadas pela gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), refletir e aprofundar o debate sobre o lugar da mulher, mãe e trabalhadora no Brasil, conectado ao direito das crianças pequenas de terem educação, revela-se urgente para contrapor e resistir às políticas que pretendem destruir e/ou marginalizar – ainda mais – os poucos direitos conquistados, às duras penas, pelas e para as mulheres, assim como para as crianças.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou ressaltar a importância histórica e permanente das mulheres em uma área da ciência pouco valorizada – a Educação – bem como na elaboração e implementação das políticas educacionais para a primeira infância no Brasil. Reafirmar o direito à Educação Infantil como direito social para crianças e famílias/mulheres implica na valorização de uma luta marcada pelos movimentos feministas, movimentos de mulheres de bairro e grupos de pesquisas compostos por mulheres pesquisadoras que sustentaram o debate científico a fim de viabilizar a formulação e a qualificação de políticas nacionais para as crianças no país.

Assim, se os direitos foram arduamente conquistados, as lutas em prol da efetivação de uma Educação Infantil de qualidade e por condições igualitárias entre mulheres e homens/mães e pais estão longe de terminar. Portanto, espera-se que o legado da professora, pesquisadora, gestora e mãe Adriana Missae Momma contribua tanto para fomentar pesquisas no país e na região, bem como para mobilizar muitas mulheres a ocuparem seus espaços de participação política e reivindicação de direitos.

Momma presente

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete (org.). **Estudos da infância no Brasil**: encontros e memórias. São Carlos: EdUFSCar, 2015. 195 p.

AUAD, Daniela; RAMOS, Maria Rita Neves. Gênero na Educação Infantil: (des)caminhos de uma política pública não consolidada. **Rev. Ciências Humanas,** Frederico Westphalen**,** RS v. 19, n. 01, jan./abr. 2018. p. 77-94. Disponível em: https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2761. Acesso em: 10 abr. 2024.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro; MOMMA, Adriana Missae. Educação Infantil e governo federal: reflexões sobre programas e ações do MEC a partir do Plano Plurianual (2012 a 2015). **Laplage em Revista**, v. 3, p. 57-71, 2017. Disponível em: https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f856c81f8651e11edbe6e5141d3afd01c/educacao-infantil-e-governo-federal.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.257 de 08 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância/ Marco Legal da Primeira Infância. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015- 2018/2016/Lei/L13257.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 abr. 2024

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília, 23 de dezembro de 1996, p. 27.894. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 abr. 2022.

CAMPOS, Maria Malta. A mulher, a criança e seus direitos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 106, p. 117-127, mar. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2024.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.	
Recebido em: 30/04/2024	Aceito em: 24/06/2024

CECCON, Maria Lúcia L.; MOMMA-BARDELA, Adriana Missae. As parcerias com instituições sem fins lucrativos: desafios e implicações para a oferta da educação infantil no Brasil. **Revista Exitus**, v. 6, p. 88-105, 2016. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/19/19. Acesso em: 10 abr. 2024.

CORREA, B. Educação na primeira infância: Direito Público x Capital Humano. *In*: CASSIO, F. (Org.). **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2019, p 83-89.

FERNANDES, Eliane; MOMMA, Adriana M. Criança Feliz Program and the constitution amendment proposal (PEC) for the ceiling of public spending: once there was a right.... **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 13, p. 659-672, 2019. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2554. Acesso em: 10 abr. 2024.

MOMMA, A. M.; OLIVEIRA-DRI, W. I. Planejamento, aprendizagem e produção de conhecimento como princípio de trabalho da equipe de gestão e demais profissionais de uma creche universitária estadual: desenho inicial. *In:* **Políticas e práticas de formação dos docentes, dirigentes escolares. planejamento, financiamento e avaliação da educação** - Série Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, IX Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, Organização: João Ferreira de Oliveira [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/12-Congressos/Volume2.pdf Acesso em: 19 set. 2023.

MOMMA, Adriana Missae. Epílogo 2 - Um convite para outros escritos. *In*: MOMMA, A. M.; PERLI, G. S.; DELLAI, M. R. P.; COELHO, L. R.; FARIAS, Z. O. de. (orgs.). **Educação de crianças na Unicamp**: algumas narrativas e depoimentos. 1. ed. Salto: Fox Tablet, 2021. v. 1. p. 114-116.

MOMMA, Adriana Missae. Semente (preâmbulo). *In*: MOMMA, A. M.; PERLI, G. S.; DELLAI, M. R. P.; COELHO, L. R.; FARIAS, Z. O. de. (orgs.). **Educação de crianças na Unicamp** [livro eletrônico]: algumas narrativas e depoimentos. 1. ed. Salto: Fox Tablet, 2021. v. 1. p. 08-11.

MOMMA, Adriana Missae; AYOUB, Eliana; VARANI, Adriana (orgs.). **Educação Infantil na Unicamp:** experiências entretecidas no contexto de uma política de formação continuada. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. v. 1. 204 p.

MOMMA, Adriana Missae; AYOUB, Eliana; VARANI, Adriana. À Guisa de Introdução? Construção Coletiva e Produção de Conhecimento sobre a Educação de Crianças na Unicamp: o curso de especialização como (pre/inter) texto. *In*: MOMMA, Adriana Missae; AYOUB, Eliana; VARANI, Adriana (orgs.). **Educação infantil na Unicamp:** experiências entretecidas no contexto de uma política de formação continuada. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. v. 1. p. 13-34.

MOMMA, Adriana Missae; BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. A Educação Infantil brasileira no contexto do Mercosul. **Políticas Educativas.**, v. 15, p. 64-81, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/121233. Acesso em: 10 abr. 2024.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

MOMMA, Adriana Missae; DELLAI, Marta R. P. Epílogo 1 - Divisão de Educação Infantil e Complementar? algumas reflexões. *In*: MOMMA, A. M.; PERLI, G. S.; DELLAI, M. R. P.; COELHO, L. R.; FARIAS, Z. O. de. (orgs.). **Educação de crianças na Unicamp**: algumas narrativas e depoimentos. 1. ed. Salto: Fox Tablet, 2021. v. 1, p. 109-113.

MOMMA, Adriana Missae; DELLAI, Marta R. P.; PERLI, Guilherme S.; COELHO, Ligiane R.; FARIAS, Zilda O. de (orgs.) . **Educação de crianças na Unicamp** [livro eletrônico]: algumas narrativas e depoimentos. 1. ed. Salto: Fox Tablet, 2021. v. 1. 120 p.

MOMMA, Adriana Missae; PERLI, Guilherme S.; CONTIN, Leandra de S. B.; COELHO, Ligiane R.; DELLAI, Marta R. P. (orgs.). **Educação de crianças na Unicamp** [livro eletrônico]: alguns escritos (2018–2021). 1. ed. Salto: Fox Tablet, 2022. v. 1. 242 p.

MOMMA-BARDELA, Adriana Missae. Conferência - Trabalho do professor de Educação Infantil: sujeito e/ou objeto do processo ensino/aprendizagem. **Revista Exitus**, v. 6, p. 13-33, 2016. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/14. Acesso em: 10 abr. 2024.

MOMMA-BARDELA, Adriana Missae.; PALMEN, Sueli Helena de Camargo; BRYAN, Newton Antonio Paciulli. Políticas Públicas de Educação Infantil em Campinas: tessituras sobre a coexistência de diferentes e diversas formas de organização. **Revista Exitus**, v. 4, p. 33-57, 2014. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/125. Acesso em: 10 abr. 2024.

MOMMA-BARDELA, Adriana Missae; GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. Leitura deleite como prática formadora: reflexões a partir da experiência do PNAIC/UNICAMP (2013 2014). **Revista ComSertões**, v. 7, p. 35, 2019. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/comsertoes/article/view/7279/0. Acesso em: 10 abr. 2024.

MOMMA-BARDELA, Adriana Missae; PASSONE, Eric F. K. Políticas Públicas de Educação Infantil e o Direito à Educação. **Laplage em Revista**, v. 1, p. 17-35, 2015. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6193541.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

NERIS, Eliane Fernandes; MOMMA, Adriana Missae. Programa Criança Feliz e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para o teto dos gastos públicos: uma vez que houve direito… **Revista Eletrônica de Educação**, v. 13, n. 2, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1982-71992019000200659&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 abr. 2024.

PEREIRA, Joseane S. F.; MOMMA, Adriana Missae. Centro de Convivência Infantil no Contexto da Faculdade de Odontologia de Piracicaba? (Ceci/Fop/Unicamp): reflexões sobre o seu processo de constituição. In: MOMMA, Adriana Missae; AYOUB, Eliana; VARANI, Adriana (orgs.). **Educação infantil na Unicamp:** experiências entretecidas no contexto de uma política de formação continuada. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. v. 1. p. 95-104.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

RODRIGUES, Fabiana de Cássia; BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. As entidades em defesa da escola pública e a educação de crianças de 0 a 6 anos: propostas para a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). *In*: MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes; BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. **Políticas públicas de educação infantil:** diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/site/politicas-publicas-de-educacao-infantil-dialogos-com-o-legado-de-fulvia-rosemberg/. Acesso em: 18 mar. 22.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches! *In*: FINCO, Daniela; GOBBI, Márcia; FARIA, Ana Lúcia G. (orgs.). **Creche e feminismo:** desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica: Associação de leitura do Brasil- ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas- FCC, 2015. p. 21-33.

SOBRE AS AUTORAS

Wisllayne Ivellyze de Oliveira Dri
Possui Graduação em Pedagogia (2008), Mestrado em Educação (2013) e Doutorado em Educação (2023), realizados na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Integrante do Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional (LAPPLANE) na Faculdade de Educação - UNICAMP. Pesquisadora na área de Políticas Públicas Educacionais, trabalhando com os seguintes temas: Políticas Públicas Educacionais; Estado e Educação; Formação Continuada de Professores; Planos Nacionais de Educação; Projeto Político-Pedagógico; América do Sul; Regionalização Educativa; MERCOSUL, Ensino Domiciliar na América do Sul; Educação a Distância (EAD) no Ensino Superior; Políticas para as Adolescências; Políticas para as Juventudes; e outros. Com experiências internacionais em Universidades da Argentina e da Espanha. Atualmente é professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Hortolândia SP, participante da Rede Articula Juventudes de Campinas (REAJU) e professora/pesquisadora integrante do projeto de pesquisa: A Educação Domiciliar (*Homeschooling*) na América Latina: mapeamento de um movimento em expansão.
E-mail: wis_pedagogia@yahoo.com.br

Luciane Muniz Ribeiro Barbosa
Possui graduação em Pedagogia (2004), Mestrado em Educação (2007) e Doutorado em Educação (2013), realizados na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Atualmente é professora da Faculdade de Educação da Unicamp, no Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais (DEPASE). Líder do Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional (LaPPlanE) e Coordenadora Geral do Observatório da Educação Domiciliar e Desescolarização (OEDD). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito à Educação; Políticas Educacionais; Políticas de Educação Infantil; Primeira Infância; Educação Domiciliar e Desescolarização; Estado e Educação.
E-mail: lumuniz@unicamp.br

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 222-239, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024